General Water S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores, Administradores e Acionistas da
General Water S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da General Water S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da General Water S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeira, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

André Roberto C. Santos
Contador
CRC nº 1 SP 267883/O-0

2025SP038830

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

GENERAL WATER S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.438	1.842	13.440	11.617
Aplicações financeiras	4	-	804	4.878	6.401
Contas a receber de clientes	5	-	-	17.754	16.427
Despesas antecipadas		184	177	553	550
Outros ativos		15	-	2.123	1.105
Adiantamentos		7	2	814	399
Total dos ativos circulantes		1.644	2.825	39.562	36.499
NÃO CIRCULANTES					
Outros créditos a receber		9	9	136	137
Investimentos	6	135.605	125.434	37	-
Imobilizado	7	158	487	115.869	107.272
Intangível	7	196	187	1.623	1.897
Total do ativos não circulantes		135.968	126.117	117.665	109.306
TOTAL DOS ATIVOS		137.612	128.942	157.227	145.805

PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
CIRCULANTES					
Fornecedores	8	74	79	2.390	2.452
Arrendamento mercantil	9	-	-	909	903
Obrigações trabalhistas	10	-	-	2.974	2.798
Obrigações tributárias	11	5	12	3.942	3.659
Outras obrigações	12	1.747	1.747	1.747	1.747
Dividendos a pagar	15.3.c)	1.371	-	1.371	-
Total dos passivos circulantes		3.197	1.838	13.333	11.559
NÃO CIRCULANTES					
Arrendamento mercantil	9	-	-	3.664	3.743
Partes relacionadas	13	6	4	-	-
Obrigações tributárias	11	-	10	1.110	936
Outras obrigações	12	-	1.747	-	1.747
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	14	-	-	-	-
Total dos passivos não circulantes		6	1.761	4.774	6.426
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	15.1	84.207	84.207	84.207	84.207
Ações em tesouraria	15.2	(3.494)	(3.494)	(3.494)	(3.494)
Reserva legal	15.3.a)	12.010	10.084	12.010	10.084
Reserva de lucros	15.3.b)	41.686	34.546	41.686	34.546
Total do passivo		134.409	125.343	134.409	125.343
Participação dos não controladores		-	-	4.711	2.477
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		137.612	128.942	157.227	145.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GENERAL WATER S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA	16	-	-	120.891	108.933
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	17	-	-	(49.990)	(42.736)
LUCRO BRUTO		-	-	70.901	66.197
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	18	(56)	(42)	(1.734)	(1.646)
Gerais e administrativas	18	(686)	(902)	(8.154)	(7.047)
Com pessoal	18	-	-	(7.782)	(6.346)
Equivalência patrimonial	6	39.700	39.471	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	19	(566)	(421)	(860)	(1.006)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		38.392	38.106	52.371	50.152
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	20	210	215	2.280	2.757
Despesas financeiras	20	(20)	(9)	(583)	(500)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		38.582	38.312	54.068	52.409
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	21	(77)	(46)	(14.344)	(13.157)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	21	25	(6)	(119)	(102)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		38.530	38.260	39.605	39.150
Acionistas controladores		38.530	38.260	38.530	38.260
Acionistas não controladores		-	-	1.075	890
LUCRO POR AÇÃO	15.3.d)	52,77	52,14		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GENERAL WATER S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	38.530	38.260	39.605	39.150
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	38.530	38.260	39.605	39.150
Acionistas controladores	38.530	38.260	38.530	38.260
Acionistas não controladores	-	-	1.075	890
	38.530	38.260	39.605	39.150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GENERAL WATER S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Ações em Tesouraria	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total controladora	Participação dos não controladores	Total controladora
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		84.207	-	8.171	21.852	-	114.230	2.346	116.576
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	38.260	38.260	890	39.150
Destinação:									
Ações em tesouraria	15.2	-	(3.494)	-	-	-	(3.494)	-	(3.494)
Reserva legal		-	-	1.913	-	(1.913)	-	-	-
Reserva de lucros		-	-	-	27.259	(27.259)	-	-	-
Dividendos distribuídos	15.3.c)	-	-	-	(9.416)	-	(9.416)	-	(9.416)
Dividendos obrigatórios	15.3.c)	-	-	-	-	(9.088)	(9.088)	-	(9.088)
Dividendos distribuídos para não controladores		-	-	-	-	-	-	(5.908)	(5.908)
Ganho ou (perda) de transação entre sócios	6	-	-	-	(5.149)	-	(5.149)	5.149	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		84.207	(3.494)	10.084	34.546	-	125.343	2.477	127.820
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	38.530	38.530	1.075	39.605
Destinação:									
Reserva legal	15.3.a)	-	-	1.926	-	(1.926)	-	-	-
Reserva de lucros	15.3.b)	-	-	-	27.453	(27.453)	-	-	-
Dividendos distribuídos	15.3.c)	-	-	-	(13.853)	-	(13.853)	-	(13.853)
Dividendos obrigatórios	15.3.c)	-	-	-	-	(9.151)	(9.151)	-	(9.151)
Aumento ou diminuição na participação de minoritários	6	-	-	-	-	-	-	236	236
Dividendos distribuídos para não controladores	15.3.c)	-	-	-	-	-	-	(5.537)	(5.537)
Ganho ou (perda) de transação entre sócios	6	-	-	-	(6.460)	-	(6.460)	6.460	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		84.207	(3.494)	12.010	41.686	-	134.409	4.711	139.120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GENERAL WATER S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		38.530	38.260	39.605	39.150
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	6	(39.700)	(39.471)	-	-
Depreciação e amortização	7	48	33	17.093	15.047
Juros provisionados sobre arrendamentos	9	-	-	313	311
Provisão para perda esperada com créditos		-	-	141	151
Provisão para riscos		-	-	-	(34)
Rendimento de aplicação financeira		(8)	(82)	(443)	(593)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	7	566	440	1.145	1.389
Imposto de renda e contribuição social	21	52	52	14.463	13.259
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	(1.468)	(3.545)
Adiantamentos		(5)	27	(415)	634
Despesas antecipadas		(7)	3	(3)	(116)
Outros ativos		-	(6)	(1.018)	937
Fornecedores		(5)	(105)	(62)	(87)
Obrigações trabalhistas		-	-	176	521
Obrigações tributárias		(61)	(33)	149	(523)
Outras obrigações		-	-	-	(65)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(590)	(882)	69.676	66.436
Juros sobre arrendamento mercantil - Pagos	9	-	-	(313)	(354)
Imposto de Renda e contribuição social - Pagos		(23)	(27)	(14.155)	(12.054)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(613)	(909)	55.208	54.028
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicação financeira		812	1.615	1.969	9.063
Aumento de capital em investida	6	-	(8.100)	-	-
Aumento na participação de minoritários	6	236	-	236	-
Recebimento de dividendos	6	22.870	31.210	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	6	(37)	-	(37)	-
Venda de ativo imobilizado		-	-	-	44
Aquisição de Imobilizado	7	(294)	(401)	(25.705)	(31.672)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		23.587	24.324	(23.537)	(22.565)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Arrendamento mercantil - pagamento principal	9	-	-	(931)	(871)
Reaquisição de ações próprias	12	(1.747)	-	(1.747)	
Partes relacionadas		2	1	-	-
Dividendos pagos	15.3.c)	(21.633)	(21.794)	(27.170)	(27.702)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(23.378)	(21.793)	(29.848)	(28.573)
(REDUÇÃO)/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(404)	1.622	1.823	2.890
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.842	220	11.617	8.727
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	1.438	1.842	13.440	11.617
(REDUÇÃO)/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(404)	1.622	1.823	2.890

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A General Water S.A. ("Sociedade" ou "Controladora") é uma sociedade de capital fechado constituída em 9 de outubro de 2000 com sede na cidade de São Paulo - SP e tem por objeto social a captação, tratamento e distribuição de águas, participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior, e administração de bens e negócios. As operações da Sociedade são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas, o benefício dessas operações e os custos da estrutura operacional e administrativa, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração, consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por: (a) determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são:

	Participação - %	
Entidades controladas	2024	2023
General Water Águas Ltda.	96,01	98,30
General Water Saneamento Ltda.	95,97	97,38
Águas de Porto Feliz Ltda.	100,00	100,00
General Water Sistemas Brasil Ltda.	99,45	99,78

General Water Águas Ltda. ("GWA"), empresa limitada com sede na cidade de São Paulo - SP, foi constituída em 3 de maio de 2010, tem por objeto social específico o tratamento e purificação de água, através da construção e operação de Estações de Tratamento de Água ("ETA") próprias alocadas em seus clientes. Além de sua atividade principal oferece como atividade secundária o tratamento de esgoto sanitário para efeito de reuso com fins não potáveis, através da construção e operação de Estações de Tratamento de Esgoto ("ETE"), também próprias alocadas em seus clientes.

General Water Saneamento Ltda. (“GWS”), empresa limitada com sede na cidade de São Paulo - SP, foi constituída em 3 de maio de 2010, tem por objeto social específico o tratamento e purificação de águas servidas (esgotos e efluentes). A GWS através da construção e operação de Estações de Tratamento de Esgoto (“ETE”) próprias alocadas em seus clientes, objetiva a prestação de serviço de tratamento de esgoto sanitário para efeito de reuso com fins não potáveis. Além de sua atividade principal, oferece como atividade secundária a prestação de serviços de tratamento, purificação e distribuição de água potável através da construção e operação de Estações de Tratamento de Água (“ETA”), também próprias alocadas em seus clientes.

Águas de Porto Feliz Ltda. (“APF”), empresa limitada, Sociedade de Propósito Específico (SPE), com sede na cidade de Porto Feliz - SP, foi constituída em 17 de setembro de 2009, tem por objeto social específico a captação, tratamento e distribuição de água. A APF objetiva a captação tratamento e fornecimento de água para o município de Porto Feliz - SP. Os serviços são regulamentados e formalizados por meio do contrato de concessão pública de nº 011/2008 - Processo 195/2006 de 9 de maio de 2008, decorrente da concorrência pública de nº 01/2008 do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Porto Feliz (SAAE) pelo prazo de 240 meses.

General Water Sistemas Brasil Ltda. (“GWBR”), empresa limitada com sede na cidade de São Paulo - SP, foi constituída em 19 de dezembro de 2018, tem por objeto social específico a atuação fora do Estado de São Paulo na prestação de serviços de tratamento e purificação de água e esgoto (esgotamento sanitário), inclusive para efeito de reuso para fins não potáveis, através da construção e operação de ETAs e ETEs próprias alocadas em seus clientes.

2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Sociedade é o real brasileiro, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.3.2. Uso de estimativa e julgamento

Julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram ajustes ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício contábil, incluem:

a) Tributos

A Sociedade constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Sociedade.

b) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Sociedade reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. BASE DE APRESENTAÇÃO, ELABORAÇÃO E PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Classificação

A Sociedade e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: Custo amortizado, Valor justo por meio do resultado, e, Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

- Ativos financeiros ao custo amortizado: São classificados como ativos financeiros, os ativos mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o modelo de negócios da Sociedade.

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são os que não possuem definição específica quanto à manutenção para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou para realizar a vendas desses ativos no modelo de negócios da Sociedade.

- Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes são todos os outros ativos não classificados nas categorias acima.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Sociedade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Outras receitas e (despesas) operacionais” no período em que ocorrem.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Sociedade de receber dividendos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Sociedade ou da contraparte.

3.3. Contas a receber e provisão de perdas esperada de créditos

Devido às características do contas a receber da Sociedade, sendo elas (i) carteira de recebíveis sem complexidade, e (ii) baixo risco de crédito, a Sociedade adotou a abordagem simplificada de perdas esperada de créditos, que consiste em reconhecer as perdas esperada de créditos pela vida útil total do ativo.

Vale mencionar que o estudo da perda esperada resultou em valores imateriais em função da qualidade da carteira de clientes da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2024, a metodologia de cálculo das perdas esperada de créditos era realizada com base na perda histórica. A metodologia utilizada consistiu em utilizar uma estimativa por faixa de vencimento através da média ponderada de perdas dos últimos 12 meses. A Sociedade concluiu também que os indicadores macroeconômicos não tiveram impacto significativo em suas estimativas.

De forma a corroborar esse entendimento, a Sociedade realizou diversas análises de correlação entre indicadores que poderiam ter alguma influência no setor de saneamento e seu histórico de perdas esperada de créditos, como Produto Interno Bruto (PIB), Taxa de Desemprego e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Após análise, a Administração concluiu que a metodologia já adotada pela Sociedade atende ao modelo de perda esperada de créditos e, por esse motivo, a adoção inicial do CPC 48/IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2018, não trouxe impactos materiais na mensuração das perdas esperada de créditos.

3.4. Imobilizado

Os valores do imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Sociedade reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e as baixas reconhecidas em resultado por venda ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. Adicionalmente, benfeitoria em imóveis de terceiros são amortizadas pelo menor valor entre a vida útil da melhoria e o prazo remanescente contratual.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.5. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente com vidas úteis definidas são apresentados a custo, menos amortização e, quando aplicável, perdas por redução do valor recuperável.
A amortização é reconhecida pelo método linear, com base na vida útil estimada dos ativos.

3.6. Arrendamento

A Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato.
A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Sociedade seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). Para os arrendamentos sobre os quais não é reconhecido um ativo e passivo inicialmente, a Sociedade reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Sociedade usa sua taxa incremental de captação. O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

3.7. Investimento em controlada

O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado no balanço individual da controladora pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, a participação da sociedade no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido da controlada, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional.

3.8. Análise de recuperabilidade de ativos (teste de “Impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma perda por deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são avaliados individualmente ou são agrupados em menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Em 31 de dezembro de 2024, a Administração não identificou indicativos de “impairment” que pudessem gerar perdas do valor registrado.

3.9. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais, são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados na medida em que a Sociedade espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos são mensurados com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda destes processos é avaliada como possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada em nota explicativa.

Processos trabalhistas, cujas perdas são avaliadas como prováveis, são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes avaliados como perdas remotas, não são provisionados ou divulgados.

3.10. Imposto de Renda pessoa jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Presumido) - correntes e diferidos

São calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$240 mil por ano e 9% de CSLL).

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.11. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial, quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, os correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses, caso contrário, serão apresentados como não circulantes.

3.12. Reconhecimento de receita

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas quando ocorrer a prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre ela, abatimentos e descontos.

As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

Com a adoção do CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, a qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente, a Sociedade passou a reconhecer a receita quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de desempenho dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

3.13. Lucro por ação

A Sociedade efetua os cálculos do lucro por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

A Sociedade não possui títulos conversíveis em ações que pudessem ter efeito de diluição.

3.14. Normas, alterações e interpretações de normas

No exercício corrente, a Sociedade aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição
Alterações à IAS 1 (CPC 26) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	As alterações 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas ("covenants") são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.
Alterações à IAS 1 (CPC 26) - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com "Covenants"	As alterações indicam que apenas "covenants" que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses "covenants" afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do "covenant" é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um "covenant" com base na condição financeira da entidade na data do relatório, que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um "covenant" após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de "covenants" pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os "covenants" (incluindo a natureza dos "covenants" e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os "covenants".

Norma	Descrição
Alteração à IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos - Passivo de Arrendamento em uma Transação de "Sale and Leaseback"	As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de "sale and leaseback" que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados" de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança nos termos do arrendamento) aplicando as exigências gerais da IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um "leaseback" que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo da IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de "sale and leaseback" com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de "sale and leaseback" que se qualifica como venda na aplicação da IFRS 15 é um passivo de arrendamento. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com a IAS 8 a transações de "sale and leaseback" celebradas após a data da aplicação inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS 16 pela primeira vez.
Alterações a IAS 7 (CPC 03) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 (CPC 40) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo "acordos de financiamento de fornecedores" não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores: • Os termos e as condições dos acordos. • O valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos.

Norma	Descrição
	• O valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento. • As faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores. • Informações sobre o risco de liquidez.

No exercício corrente, a Sociedade também avaliou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" que são obrigatoriamente válidas para o período contábil que se inicia em 1º de janeiro de 2025 ou posteriormente.

Normas	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 21 (CPC 02 (R2))	Determinar se uma moeda é conversível e como deve ser determinada uma taxa de câmbio à vista quando da falta de conversibilidade.	01/01/2025
Adoção ao IFRS 18 (CPC 26 (R1))	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras.	01/01/2027
Adoção ao IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.	01/01/2027

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Sociedade em períodos futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e Bancos (i)	1.438	1.842	13.440	11.617
Aplicação financeira (ii)	-	804	4.878	6.401
Total	1.438	2.646	18.318	18.018

(i) A fim de manter o controle de risco e disponibilidade operacional para compromissos imediatos, a Administração mantém em caixa e equivalentes de caixa, aplicado a taxas próximas a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a quantia necessária para cobrir as obrigações de curto prazo.

(ii) O excedente de caixa é destinado estrategicamente para aplicação financeira de liquidez imediata, com baixo risco de crédito e volatilidade de mercado.

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2024	2023
Clientes	17.774	16.445
Perdas esperada de créditos	(20)	(18)
	17.754	16.427

A composição por vencimento das contas a receber é a seguinte:

	Consolidado	
	2024	2023
A vencer	16.556	15.622
Vencidos:		
entre 1 e 30 dias	756	389
entre 31 e 60 dias	325	207
entre 61 e 90 dias	-	107
acima de 90 dias	137	120
Total	17.774	16.445

Em relação aos recebíveis de clientes do mercado privado, a Administração da Sociedade entende não ser necessário a constituição de provisão para Perdas Esperada de Créditos ("PEC"), não havendo, portanto, o reconhecimento deste efeito nas presentes demonstrações financeiras para o referido canal. Para o segmento do setor público, foi realizada uma estimativa, de forma a minimizar a exposição a risco em relação a estes montantes.

6. INVESTIMENTO

As informações relativas ao investimento em suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 são conforme quadro abaixo:

	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação - %		Saldo do investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
GWA	33.060	16.244	96,01%	98,30%	31.761	32.696	15.803	15.297
GWS	81.645	21.291	95,97%	97,38%	78.358	69.456	20.662	23.535
APF	6.363	1.984	100,00%	100,00%	6.363	4.979	1.984	1.707
GWBR	19.212	1.255	99,45%	99,78%	19.123	18.303	1.251	(1.068)
Total	140.280	40.774			135.605	125.434	39.700	39.471

	Controladora				
	GWA	GWS	APF	GWBR	Total
Percentual de participação	96,01%	95,97%	100,00%	99,45%	
Movimentação dos investimentos					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	35.544	62.738	3.572	12.368	114.222
Integralização de capital	-	-	-	8.100	8.100
Lucros distribuídos	(16.500)	(14.410)	(300)	-	(31.210)
Resultado da equivalência patrimonial	15.297	23.535	1.707	(1.068)	39.471
Perda por distribuição desproporcional	(1.644)	(2.407)	-	(1.098)	(5.149)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	32.697	69.456	4.979	18.302	125.434

	Controladora				
	GWA	GWS	APF	GWBR	Total
Ágio pago na compra de cotas sociais	20	-	-	17	37
Compra cotas sociais	17	-	-	23	40
Vendas de cotas sociais	(134)	(54)	-	(88)	(276)
Lucros distribuídos	(14.270)	(8.000)	(600)	-	(22.870)
Resultado da equivalência patrimonial	15.803	20.662	1.984	1.251	39.700
Perda por distribuição desproporcional	(2.372)	(3.706)	-	(382)	(6.460)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	31.761	78.358	6.363	19.123	135.605

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

		Consolidado			
		2024			2023
Descrição	Taxa de depreciação (%)	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	5.731	(2.306)	3.425	3.084
Ativo de direito de uso	10	8.462	(4.414)	4.048	4.115
Computadores e periféricos	20	928	(454)	474	364
Máquinas e equipamentos	10	3.452	(1.193)	2.259	944
Móveis e utensílios	10	498	(182)	316	236
Software	20	712	(410)	302	307
Aparelhos de telefonia	20	172	(50)	122	90
Veículos	20	7.130	(2.946)	4.184	3.111
Máquinas e equipamentos em construção	-	28	-	28	13
Terrenos	-	20	-	20	20
Ágio na aquisição de investimentos	20	113	(59)	54	64
Imobilizado em formação	-	18.022	-	18.022	18.825
Estação de tratamento de água	10	69.032	(41.300)	27.732	28.129
Estação de tratamento de reuso	10	99.257	(42.751)	56.506	49.867
Total		213.557	(96.065)	117.492	109.169

Movimentação do custo de imobilizado e intangível (Consolidado):

Descrição	2023	Adições	Baixas	Transf.	2024
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.878	853	-	-	5.731
Ativo de direito de uso	7.602	860	-	-	8.462
Computadores e periféricos	681	247	-	-	928
Máquinas e equipamentos	1.886	524	-	1.042	3.452
Móveis e utensílios	377	121	-	-	498
Software	598	114	-	-	712
Aparelhos de telefonia	112	60	-	-	172
Veículos	5.284	2172	(326)	-	7.130
Máquinas e equipamentos em construção	13	15	-	-	28
Terrenos	20	-	-	-	20
Ágio na aquisição de investimentos	113	-	-	-	113
Imobilizado em formação	18.825	21.597	(1.131)	(21.269)	18.022
Estação de tratamento de água	64.021	-	(811)	5.822	69.032
Estação de tratamento de reuso	84.852	-	-	14.405	99.257
Total	189.263	26.563	(2.268)	-	213.557

Movimentação de Depreciação e Amortização (Consolidado):

Descrição	2023	Adições	Baixas	2024
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.794)	(512)	-	(2.306)
Ativo de direito de uso	(3.488)	(926)	-	(4.414)
Computadores e periféricos	(318)	(136)	-	(454)
Máquinas e equipamentos	(943)	(250)	-	(1.193)
Móveis e utensílios	(141)	(41)	-	(182)
Software	(290)	(120)	-	(410)
Aparelhos de telefonia	(22)	(28)	-	(50)
Veículos	(2.173)	(1.085)	312	(2.946)
Ágio na aquisição de investimentos	(48)	(11)	-	(59)
Estação de tratamento de água	(35.892)	(6.219)	811	(41.300)
Estação de tratamento de reuso	(34.986)	(7.765)	-	(42.751)
Total	(80.095)	(17.093)	1.123	(96.065)

Movimentação do custo de imobilizado e intangível (Consolidado):

Descrição	2022	Adições	Baixas	Transf.	2023
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.582	264	34	-	4.878
Ativo de direito de uso	7.486	116	-	-	7.602
Computadores e periféricos	566	150	(35)	-	681
Máquinas e equipamentos	2.143	83	(340)	-	1.886
Móveis e utensílios	288	92	(3)	-	377
Software	551	175	(128)	-	598
Aparelhos de telefonia	66	46	-	-	112
Veículos	3.448	2.556	(720)	-	5.284
Máquinas e equipamentos em construção	13	-	-	-	13
Terrenos	20	-	-	-	20
Ágio na aquisição de investimentos	113	-	-	-	113
Imobilizado em formação	11.889	27.803	(1.159)	(19.708)	18.825
Estação de tratamento de água	58.148	-	(2.058)	7.931	64.021
Estação de tratamento de reuso	72.669	504	(100)	11.777	84.852
Total	161.982	31.789	(4.509)	-	189.263

Movimentação de Depreciação e Amortização (Consolidado):

Descrição	2022	Adições	Baixas	2023
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.010)	(433)	(351)	(1.794)
Ativo de direito de uso	(2.557)	(931)	-	(3.488)
Computadores e periféricos	(232)	(120)	34	(318)
Máquinas e equipamentos	(1.410)	(189)	656	(943)
Móveis e utensílios	(111)	(33)	3	(141)
Ágio na aquisição de investimentos	(37)	(11)	-	(48)
Software	(299)	(120)	129	(290)
Aparelhos de telefonia	(5)	(17)	-	(22)
Veículos	(2.152)	(620)	599	(2.173)
Estação de tratamento de água	(34.197)	(1.693)	-	(35.892)
Estação de tratamento de reuso	(26.156)	(10.880)	2.050	(34.986)
Total	(68.166)	(15.047)	3.120	(80.094)

8. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores	74	79	2.390	2.452
Total	74	79	2.390	2.452

O saldo de fornecedores da Sociedade é composto por compras de materiais, produtos, prestadores de serviços e outras despesas operacionais. Os prazos de vencimento desses fornecedores, conforme destacado abaixo, estão sujeitos a condições negociadas em contrato:

	Consolidado	
	2024	2023
Entre 1 e 30 dias	2.309	2.330
Entre 31 e 60 dias	73	73
Entre 61 e 90 dias	8	14
Entre 91 e 120 dias	-	11
Acima de 120 dias	-	24
Total	2.390	2.452

9. ARRENDAMENTO MERCANTIL

As alterações nos passivos de arrendamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 são as seguintes:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	599	4.801	5.400
Adições	45	72	117
Transferência	1.130	(1.130)	-
Juros	354	-	354
Pagamento	(1.225)	-	(1.225)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	903	3.743	4.646
Adições	52	806	858
Transferência	885	(885)	-
Juros	313	-	313
Pagamento	(1.244)	-	(1.244)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	909	3.664	4.573

Os vencimentos dos passivos de arrendamento estão demonstrados a seguir:

Composição por vencimento	2024
2025	909
2026	973
2027	872
2028	582
2029 em diante	1.237
Total	4.573

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Consolidado	
	2024	2023
Férias a pagar	1.923	1.915
INSS sobre folha de pagamento	567	447
FGTS a pagar	166	137
IRRF sobre folha de pagamento	170	159
Outras obrigações trabalhistas	144	135
Contribuição sindical a pagar	4	5
Total	2.974	2.798

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRPJ a recolher	-	-	2.588	2.362
CSLL a recolher	3	7	961	912
PIS/COFINS a recolher	-	-	362	361
Tributos diferidos	-	10	1.110	937
Impostos retidos	2	5	31	23
Total	5	22	5.052	4.595
Circulante	5	12	3.942	3.659
Não circulante	-	10	1.110	936

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Compras de ações a pagar (i)	1.747	3.494	1.747	3.494
Total	1.747	3.494	1.747	3.494
Circulante	1.747	1.747	1.747	1.747
Não circulante	-	1.747	-	1.747

(i) Em 12 de dezembro de 2023, foi aprovada em assembleia geral extraordinária a recompra, pela Sociedade, de ações para permanência em tesouraria, no valor de R$3.494 (três milhões quatrocentos e noventa e quatro mil) a serem pagas em 24 parcelas.

13. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, são relativos às operações com partes relacionadas baseadas em contratos que não possuem prazo de vencimento estipulado.

	Controladora	
	2024	2023
GWA	2	4
GWS	1	-
GWBR	3	-
Total Passivo	6	4
Saldo de partes relacionadas	6	4

14. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

Durante o curso normal de seus negócios, a Sociedade e suas controladas estão expostas a certas contingências e riscos.

A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados quando existentes, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Sociedade, suportada por seus assessores legais, não possui processos com prognóstico de perda classificados como provável.

Provisão de perda possível

A Sociedade foi citada como devedora e codevedora em duas ações trabalhistas, cujo valor total pleiteado soma R$168 (cento e sessenta e oito mil). Ambas as ações são classificadas como contingências possíveis. Na ação em que figura como codevedora, os assessores consideram que o devedor principal possui capacidade financeira para arcar com o valor reclamado, caso haja condenação.

Das ações classificadas como possíveis em 2023, que totalizavam R$705 mil (setecentos e cinco mil), apenas uma se mantém, com o valor da causa reduzido para R$45 mil (quarenta e cinco mil).

Além disso, com base na avaliação de seus assessores legais em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade não possui ações de natureza tributária ou cível classificadas como de risco de perda possível.

As declarações de rendimentos da Sociedade estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. Capital social

O capital Social em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é de R$84.207 (oitenta e quatro milhões e duzentos e sete mil reais) e está dividido em 733.852 (setecentos e trinta e três mil, oitocentas e cinquenta e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

15.2. Ações em tesouraria

Em 12 de dezembro de 2023, foi aprovada em assembleia geral extraordinária a recompra, pela Sociedade, de ações para permanência em tesouraria, no valor de R$3.494 (três milhões quatrocentos e noventa e quatro mil). Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que foram readquiridos, eles são reconhecidos ao custo de aquisição e registrados em conta redutora do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração de resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios da Sociedade.

15.3. Reserva de lucros

São formadas com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as deduções legais e estatutárias.

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

A Sociedade constituiu reserva legal no montante de R$1.926 (um milhão e novecentos e vinte e seis mil), passando a reserva legal de R$10.084 (dez milhões e oitenta e quatro mil) em 31 de dezembro de 2023 para R$12.010 (doze milhões e dez mil) em 31 de dezembro de 2024.

b) Reserva de retenção de lucros

Conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

c) Dividendos

Os dividendos serão calculados de acordo com estatuto social que assegura aos acionistas dividendos de, no mínimo, 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e compensação de prejuízos.

Durante o exercício de 2024, a Sociedade destinou o montante de R$23.004 (vinte e três milhões e quatro mil reais) para dividendos da seguinte forma:

i. Dividendos obrigatórios no total de R$9.151 (nove milhões, cento e cinquenta e um mil).

ii. Dividendos de lucros acumulados no total de R$13.853 (treze milhões, oitocentos e cinquenta e três mil).

Do montante destinado, R$1.371 (um milhão, trezentos e setenta e um mil) foram pagos no exercício seguinte. Adicionalmente, a Sociedade distribuiu de forma desproporcional aos cotistas minoritários das controladas o montante de R$5.537 (cinco milhões, quinhentos e trinta e sete mil).

Para fins de comparabilidade, em 2023 foram distribuídos R$18.504 (dezoito milhões, quinhentos e quatro mil) em dividendos aos acionistas. Adicionalmente, R$5.149 (cinco milhões, cento e quarenta e nove mil) foram destinados de forma desproporcional aos cotistas minoritários das controladas.

d) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinária, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (em milhares, exceto valor por ação):

	2024	2023
Lucro líquido	38.530	38.260
Média ponderada de nº de ações	730	733
Resultado básico por ações (em reais)	52,77	52,14

16. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Consolidado	
	2024	2023
Receita de serviços prestados	125.471	113.066
(-) Impostos sobre os serviços	(4.580)	(4.127)
(-) Descontos concedidos	-	(6)
Total	120.891	108.933

17. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Consolidado	
	2024	2023
Mão de obra direta	(20.227)	(15.856)
Depreciação e amortização	(13.983)	(12.574)
Materiais e serviços para a operação	(9.564)	(8.208)
Insumo e produtos químicos	(3.415)	(3.684)
Outros custos	(2.801)	(2.414)
Total	(49.990)	(42.736)

18. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Pessoal	-	-	(7.782)	(6.346)
Depreciação e amortização	(48)	(33)	(3.110)	(2.473)
Comerciais	(56)	(42)	(1.734)	(1.646)
Serviços prestados por terceiros	(200)	(277)	(1.325)	(1.144)
Taxas e contribuições	(27)	(17)	(681)	(654)
Energia elétrica, água, telefone e internet	-	(2)	(373)	(366)
Honorários advocatícios	(79)	(128)	(127)	(163)
Outros	(332)	(445)	(2.538)	(2.247)
Total	(742)	(944)	(17.670)	(15.039)
Gerais e administrativas	(686)	(902)	(8.154)	(7.047)
Com pessoal	-	-	(7.782)	(6.346)
Comercial	(56)	(42)	(1.734)	(1.646)
Total	(742)	(944)	(17.670)	(15.039)

19. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Outras receitas operacionais:				
Venda de imobilizado	-	-	299	460
Outras receitas	-	-	160	16
Total	-	-	459	476
Outras despesas operacionais:				
Baixa de imobilizado	(60)	(440)	(1.109)	(1.389)
Ganho (Perdas e prejuízos)	(506)	19	(152)	(79)
Outras despesas	-	-	(58)	(14)
Total	(566)	(421)	(1.319)	(1.482)
Total	(566)	(421)	(860)	(1.006)

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aplicação financeira	210	215	2.051	2.647
Multa e juros	-	-	155	74
Variação cambial	-	-	48	2
Descontos obtidos	-	-	26	34
Total de receitas financeiras	210	215	2.280	2.757

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Tarifas bancárias	(2)	(2)	(26)	(27)
Descontos concedidos	-	-	(40)	-
Juros	-	-	(314)	(357)
IOF	(18)	(7)	(203)	(116)
Total de despesas financeiras	(20)	(9)	(583)	(500)
Resultado financeiro líquido	190	206	1.697	2.257

21. TRIBUTOS SOBRE LUCRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social corrente				
Recebimento de clientes	-	-	123.962	109.597
Lucro presumido (32%)	-	-	39.668	35.071
Outras receitas	284	182	2.858	3.955
Outros resultados	-	-	-	-
Lucro tributável	284	182	42.525	39.026
IRPJ (25%)	(52)	(30)	(10.517)	(9.645)
CSLL (9%)	(25)	(16)	(3.827)	(3.512)
IRPJ e CSLL (correntes)	(77)	(46)	(14.344)	(13.157)
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Diferença entre faturamento e recebimento	-	-	1.509	3.463
Lucro presumido (32%)	-	-	483	1.108
Outras receitas - diferença caixa x competência	(74)	34	(133)	(788)
Lucro tributável	(74)	34	350	320
IRPJ (25%)	18	(3)	(88)	(73)
CSLL (9%)	7	(3)	(31)	(29)
IRPJ e CSLL (diferidos)	25	(6)	(119)	(102)

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica. Essas transações são apresentadas no balanço pelo seu valor justo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Sociedade, conforme quadros a seguir:

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2024	2023	2024	2023
Custo amortizado:					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.438	1.842	13.440	11.617
Aplicação financeira	4	-	804	4.878	6.401
Contas a receber	5	-	-	17.754	16.427
Total		1.438	2.646	36.072	34.445
Custo amortizado:					
Passivo financeiros					
Fornecedores	8	74	79	2.390	2.452
Arrendamento mercantil	9	-	-	4.573	4.646
Outras obrigações	12	1.747	3.494	1.747	3.494
Partes relacionadas	13	6	4	-	-
Total		1.827	3.577	8.710	10.592

b) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Sociedade e suas controladas não possuíam nenhuma operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Sociedade e suas controladas incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado.

d) Risco de crédito

A Sociedade e suas controladas podem incorrer na possibilidade de perdas com valores a receber provenientes da prestação de serviços de tratamento de água e esgoto. Para reduzir esse risco, constantemente é realizada a análise de crédito dos clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito, conforme apresentado:

	Consolidado	
	2024	2023
Contas a receber	17.754	16.427
Ativos	17.754	16.427

A Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Sociedade e suas controladas estão expostas, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

e) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Sociedade e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

f) Risco de mercado

A Sociedade está exposta aos riscos de mercado decorrentes de suas atividades comerciais. Esses riscos compreendem principalmente possíveis mudanças nas taxas de câmbio e de juros.

g) Risco de exposição às variações cambiais

A Sociedade não mantém operações denominadas em moedas estrangeiras que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada de acordo com orientação obtida de especialistas, segundo a sua natureza, sendo considerada pela Administração como adequada para cobrir eventuais perdas para o patrimônio das controladas diretas em caso de sinistro.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e a importância, de acordo com a apólice de seguro contratada pela Sociedade, está demonstrada a seguir:

Risco	Cobertura	Prêmio	Vencimento
Aeroportuário	12.000.000	36.165	15/05/2025
Responsabilidade civil geral	5.000.000	22.765	18/12/2025
Responsabilidade civil - D&O	6.000.000	9.718	26/04/2025
Patrimonial	9.333.320	9.901	21/01/2026
Frota leve	5.750.000	99.257	26/06/2025
Frota pesada	2.100.000	119.500	30/08/2025
Equipamentos	1.816.500	31.759	15/07/2025

24. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

O valor refere-se as adições de direito de uso da nota explicativa nº 7 sendo adições de R$860 em dezembro de 2024 (R$116 em dezembro de 2023) e das adições de arrendamento da nota explicativa nº 9, sendo adições de R$858 em dezembro de 2024 (R$117 em dezembro de 2023).

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela diretoria em 21 de março de 2025.